

CARTA DOS PARTIDOS PROGRESSISTAS NA COP 30 À SOCIEDADE BRASILEIRA E À COMUNIDADE INTERNACIONAL

Belém, 14 de novembro de 2025.

A realização da COP 30 na Amazônia brasileira inaugura um momento histórico para o país e para o mundo. Ao trazer a principal conferência climática global para Belém, no coração da maior floresta tropical do planeta, o Brasil afirma que a resposta à emergência climática precisa nascer dos territórios que já vivem seus efeitos e das populações que há séculos cuidam da floresta. Essa decisão política do Governo do Presidente Lula, reposicionou o país no centro da agenda climática internacional e rompeu com décadas de invisibilização dos povos e regiões que mais protegem a floresta.

Ao escolher Belém como sede, o governo brasileiro afirmou que a política ambiental não pode ser discutida longe de onde a vida está em disputa e que a transição ecológica deve ser guiada por quem sente seus impactos e constrói suas soluções. A COP 30 na Amazônia é, portanto, um gesto de soberania, uma declaração de princípios e de projeto nacional, um chamado ao diálogo direto com povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades urbanas, juventudes e movimentos sociais.

O Brasil chega à COP 30 com sua credibilidade ambiental reconstruída. Em dois anos, o país reduziu pela metade o desmatamento na Amazônia, alcançando o menor índice em uma década, e registrou a maior queda de emissões de gases de efeito estufa desde 2009. Essas conquistas só foram possíveis porque o Estado voltou a atuar com seriedade e força: o IBAMA, o ICMBio e a Funai foram reestruturados, concursos foram abertos, operações integradas retomadas e territórios indígenas voltaram a ser protegidos.

A reconstrução da capacidade pública, interrompida durante o ciclo negacionista anterior, devolveu ao país sua autoridade moral e sua capacidade de liderar a agenda climática global.

Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, assentados, povos de terreiro, comunidades urbanas periféricas, mulheres e juventudes não são apenas beneficiários: são responsáveis diretos pela proteção da sociobiodiversidade e pela permanência da floresta em pé. Uma transição ecológica justa precisa reconhecer esse protagonismo, fortalecer direitos territoriais, enfrentar o racismo ambiental e assegurar que políticas públicas cheguem diretamente às comunidades.

A Amazônia urbana, onde vive mais de 75% da população da região, expressa também a crise ambiental: saneamento precário, mobilidade insuficiente, vulnerabilidade a desastres, violência e precariedade habitacional. Uma política climática consistente deve integrar floresta, cidade, campo e periferia, entendendo que proteção ambiental e justiça social caminham juntas.

O Brasil demonstra que o desenvolvimento sustentável é o caminho mais avançado para o crescimento. A nova industrialização verde, apoiada por inovação e financiamento público, fortalece a economia, gera empregos e reduz desigualdades. Energias renováveis, biocombustíveis, agricultura de baixo carbono e restauração florestal apontam para um futuro que combina soberania, tecnologia e justiça.

Denunciamos as tentativas de privatização da água e dos recursos naturais. Transformar bens essenciais à vida em mercadoria significa entregar ao lucro o que deveria ser direito. Onde há privatização, aumentam tarifas, diminui o acesso e crescem desigualdades. Defender a gestão pública é defender soberania, preservação e justiça social.

Lamentamos que o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tenha se ausentado da COP 30 e, ao invés de cooperar, tenha insistido em gestos imperialistas e ameaças à soberania latino-americana em um momento em que o mundo deveria estar unido pela vida. Enfrentar esse projeto militar-imperialista é defender a ciência, a verdade e afirmar que não aceitaremos retrocessos que custam vidas, territórios e a democracia na nossa região.

O negacionismo climático não é apenas ignorância, é um projeto político da extrema direita no mundo para proteger interesses que lucram com a destruição da natureza, para atrasar decisões urgentes e para desmobilizar a sociedade. Enquanto a ciência comprova, ano após ano, que a crise climática já afeta a vida das pessoas, sobretudo as mais pobres, os negacionistas tentam espalhar dúvida, confusão e medo. Enfrentar o negacionismo e ampliar investimentos em pesquisas na área ambiental e climática é defender a verdade, a ciência, a soberania e a vida.

Rejeitamos o “capitalismo verde”, que é, na verdade, uma tentativa de maquiar um sistema que segue destruindo o planeta. O capitalismo se adapta, muda o discurso, pinta de verde suas práticas, mas mantém o mesmo motor: exploração ilimitada de recursos, concentração de riqueza e invisibilização dos povos que realmente protegem a natureza. Não basta trocar a embalagem, é preciso transformar esse sistema de exploração da vida. A transição ecológica não pode ser capturada por interesses corporativos que lucram com a crise que eles mesmos criaram.

Defendemos a tributação justa sobre a receita da exploração de atividades primárias, como mineração, petróleo, gás, madeira e agronegócio, para financiar políticas socioambientais que garantam proteção ambiental, redução de desigualdades e desenvolvimento sustentável. É inadmissível que setores que mais impactam os territórios contribuam tão pouco para reparar danos, fortalecer comunidades e assegurar um futuro de justiça climática. Tributar quem lucra dos bens comuns é uma medida de soberania, responsabilidade pública e compromisso com as gerações presentes e futuras.

A COP 30, com sua Zona Verde ampla e sua Cúpula dos Povos, organizada pelos movimentos sociais, simboliza algo maior: a ideia de que democracia climática significa

participação popular real. Movimentos sociais, universidades, juventudes, povos tradicionais, coletivos de mulheres, agricultores, pesquisadores, artistas, sindicatos e organizações de base estão dentro da COP como sujeitos políticos, formuladores e protagonistas. A política climática não pode ser feita apenas em gabinetes ou salas de negociação, precisa ser feita com o povo. Participação social não é acessório: é condição para transformações profundas. Quando o povo participa, a política ganha força, legitimidade e direção.

Diante disso, reafirmamos que o enfrentamento à emergência climática exige democracia viva, participação social permanente, respeito aos territórios, defesa dos direitos humanos e combate intransigente às desigualdades. O combate à fome, a erradicação da pobreza, a proteção das florestas, a promoção da igualdade racial e de gênero, a soberania energética, a valorização do conhecimento tradicional e o desenvolvimento econômico de baixo carbono fazem parte de um mesmo projeto.

Os partidos progressistas e suas fundações defendem que o Brasil tem hoje as condições políticas, sociais e ambientais para liderar um novo ciclo global: um ciclo em que desenvolvimento, democracia e sustentabilidade caminham juntos; em que a Amazônia é centro estratégico do projeto nacional; em que os povos da floresta determinam seu próprio futuro; e em que a justiça climática é tratada como fundamento da justiça social.

A COP 30 será lembrada não apenas como a conferência realizada na Amazônia, mas como o momento em que o Brasil mostrou ao mundo que é possível unir crescimento com equidade, ciência com ancestralidade, floresta com dignidade, soberania com cooperação. Cabe a nós, partidos, fundações, movimentos sociais, universidades, trabalhadores e trabalhadoras, sustentar este caminho com ousadia, responsabilidade e compromisso histórico.

Assinam:

PT - Partido dos Trabalhadores

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PV - Partido Verde

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

REDE Sustentabilidade

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade